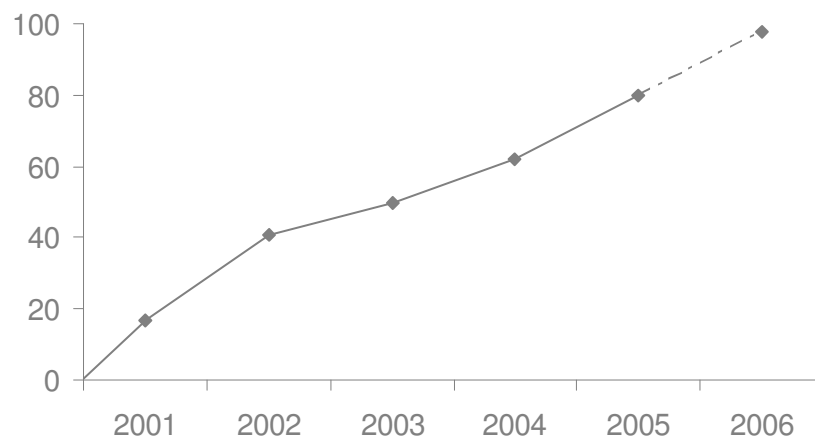


para ler **Coerção e suas implicações**



ROTEIROS

Introdução	1
Este mundo coercitivo	2
Nem todo controle é coerção	3
A punição funciona?	5
Tornando-se um choque	7
Fuga	8
Rotas de fuga	10
Esquiva	13
Aprendendo por meio da esquiva	15
Entre a cruz e a caldeirinha	18
Coerção gera coerção	20
Por que fazemos isso?	22

Este material é composto de um conjunto de roteiros de leitura de capítulos do livro **Coerção e suas Implicações**, de Murray Sidman. O livro foi publicado em 1989, pela editora Authors Cooperative, de Boston, EUA. Foi traduzido para português por Maria Amália P. A. Andery e Tereza Maria A. P. Sérgio e publicado no Brasil em 1995, pela Editorial Psy, de Campinas.

O livro tem sido utilizado como livro texto na disciplina de Psicologia Comportamental IV, ministrada pela Equipe de Professores de Psicologia Comportamental, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nesta disciplina temos por objetivo discutir os conceitos básicos relacionados ao controle aversivo e problematizar a noção de controle do comportamento. O livro é o texto básico de leitura da disciplina e os roteiros devem ser úteis no sentido de destacar os aspectos centrais dos capítulos que serão discutidos no curso.

Equipe Docente de Psicologia Comportamental

INTRODUÇÃO¹

Você deve ler a **Introdução** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

1. Qual fenômeno humano é a preocupação do autor neste livro?

NÓS FAZEMOS ISSO O TEMPO TODO

2. Por que o autor afirma que "mesmo quando a coerção atinge seu objetivo imediato ela está, a longo prazo, fadada ao fracasso"?

3. O que pode acontecer com crianças que foram punidas por não aprender?

4. Quais são as conseqüências da coerção no ambiente familiar?

5. Como, em geral, comportam-se os indivíduos inseridos em um sistema de justiça baseado apenas em punição por transgredirem a lei?

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

6. Quais os dois objetivos do autor ao escrever este livro?

7. Que distinção o autor faz entre "usar, ocasionalmente, punição como um ato de desespero" e usar punição como recurso para mudança de comportamento?

8. Em que o autor se baseia para negar o *status* de princípio terapêutico ao uso da punição?

9. Segundo o autor, qual o papel do analista do comportamento?

A COMPLEXIDADE DA CONDUTA DESAFIA A ANÁLISE?

10. Segundo o autor, qual a trajetória de desenvolvimento dos princípios da análise do comportamento?

O LABORATÓRIO PODE NOS DIZER ALGUMA COISA?

11. Qual a posição do autor sobre extrapolar descobertas de pesquisas experimentais realizadas no laboratório para a vida cotidiana?

12. Qual a posição do autor sobre extrapolar descobertas obtidas a partir de sujeitos não humanos para sujeitos humanos?

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

ESTE MUNDO COERCITIVO ¹

Você deve ler o **capítulo 1** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

O AMBIENTE HOSTIL

1. Exemplos de relação de controle aversivo entre homem e natureza:
 - ambiente físico externo
 - ambiente físico produzido / descoberto pelo próprio homem
 - ambiente interno
2. Leis que regem a conduta X caráter pessoal / impessoal do “agente” controlador
3. Extensão na qual a natureza modela coercitivamente nossa conduta:
 - exemplo
 - porque perdemos de vista a extensão deste controle
 - novos tipos de ameaças geradas por respostas à coerção da natureza
 - vulnerabilidade individual diante da natureza.
4. Reflexos da coerção ambiental:
 - no simbolismo religioso
 - na linguagem.

A COMUNIDADE HOSTIL

5. Coerção social X modelo coercitivo fornecido pela natureza.
6. Aceitação da coerção social como natural.
7. Exemplos que indicam que coerção social não é prática apenas de infratores:
 - código legal
 - diplomacia
 - relações de trabalho
 - relações familiares
 - adolescência
 - relações fornecedores – consumidores
 - escola
8. Coerção e liberdade.
9. Posição do autor quanto ao uso de coerção com propósitos terapêuticos.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

NEM TODO CONTROLE É COERÇÃO¹

Você deve ler o **capítulo 2** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

CONTROLE COMPORTAMENTAL

1. Razões da posição mais difundida das pessoas diante do conceito de controle.
2. Posição do público em geral sobre o controle e sobre o analista do comportamento.
3. Posição do analista do comportamento sobre o controle.
4. Ciência em geral X ciência do comportamento X lei X controle.
5. Porque repelimos a noção de lei do comportamento e tememos o controle.
6. Importância da questão “quem exerce ou deve exercer o controle?”.
7. Relação entre controle e coerção.
8. Conseqüências de ignorar o controle.

Comportamento

9. A que nos referimos quando falamos em comportamento?
10. Posição da ciência da análise do comportamento sobre a importância do comportamento.
11. Aspecto do comportamento considerado como fundamental pela análise do comportamento e a pergunta que o analista do comportamento faz sobre o comportamento.

Comportamento e suas conseqüências

12. Comportamento não ocorre no vácuo.
13. Os efeitos das conseqüências do comportamento.
14. Sensibilidade às conseqüências do comportamento e evolução.

O QUE É COERÇÃO

15. Tipos de relações controladoras entre conduta e conseqüência.

Reforçadores e reforçamento

16. Duas características definidoras de reforçadores.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

17. Importância de considerar as duas características definidoras de reforço.
18. Crenças e percepções sobre o que é recompensador versus o que é objetivamente reforçador.
19. Termos recompensa, prazer, crença reforçador e reforçamento.
20. Definição de reforçador e a descoberta de reforçadores específicos.
21. Reforçamento como uma relação “se.... então”.

Reforçamento positivo e negativo

22. Caracterização e exemplos de reforçador positivo e de reforçador negativo na instalação e manutenção de comportamento.
23. Reforçador negativo , reforçador positivo e coerção.
24. Sobre a identificação do tipo de reforçador (positivo ou negativo) responsável por uma conduta particular.
 - a. A importância desta identificação.
 - b. Identificação no laboratório.
 - c. Identificação fora do laboratório.

Punição

25. Punição como contraponto simétrico dos dois tipos de reforçamento.
26. Punidores.
27. Diferença entre reforçamento e punição.
28. Resultados de diferentes contingências (reforçamento positivo, reforçamento negativo e punição) na instalação de respostas.
29. Reforçamento positivo, reforçamento negativo, punição e coerção.
30. Dificuldades para compreender o processo de reforçamento positivo e inadequações na sua utilização.
31. Coerção e o desenvolvimento das noções de “certo e errado”.

A PUNIÇÃO FUNCIONA?¹

Você deve ler o **capítulo 4** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

O QUE HÁ NELA PARA NÓS

1. Principal uso da punição.
2. Crença na qual se baseia o recurso à punição.
3. Dois tipos de punição.
4. Questões que surgem diante do emprego difundido da punição.
5. Contribuição que a análise do comportamento pode trazer para encontrar respostas para estas questões.

COMO SE ESTUDA PUNIÇÃO

6. Características básicas que os experimentos sobre punição devem ter.

O QUE REALMENTE ACONTECE?

7. Descrição genérica do procedimento experimental para estudar punição.
8. Resultados produzidos por este procedimento.
9. Possível interpretação desses resultados.
10. Analogia possível desta situação experimental (e seus resultados) com criminalidade reincidente.
11. Resultados produzidos pelo aumento da intensidade do estímulo punidor.
12. Resultados esperados em uma situação na qual a competição entre reforçamento positivo e punição.
13. Condições nas quais a punição suave parece funcionar.
14. Quando o comportamento persiste a despeito da punição.
15. Riscos da utilização do efeito supressivo da punição suave para instalar novas condutas.
16. A transformação de eventos considerados punidores em reforçadores positivos: procedimento experimental que demonstra a transformação.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

17. Analogia possível desta situação experimental (e seus resultados).
 - a. Com comportamento de auto injúria em pessoas institucionalizadas.
 - b. Com comportamentos de pais que recorrem à punição.
18. Posição do autor em relação aos dois modos de usar punição com o objetivo de eliminar comportamentos.

TORNANDO-SE UM CHOQUE¹

Você deve ler o **capítulo 5** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

PUNIÇÃO TEM EFEITOS COLATERAIS

1. O que são efeitos colaterais da punição.
2. Como devem ser considerados os chamados efeitos colaterais da punição.

DE MAL A PIOR: COMO NOVOS PUNIDORES SÃO CONSTRUÍDOS

3. Punidores naturais.
4. Punidores condicionados.
5. Controle exercido pelo ambiente físico e social presente quando uma pessoa produz reforçadores ou punidores.
6. Duas funções do ambiente controlador.
7. Situação experimental que ilustra o controle do ambiente.
 - a. Com reforçamento positivo.
 - b. Com punição.
8. Como são criados reforçadores e punidores condicionados.
9. Situação experimental que ilustra a criação de punidores condicionados com a apresentação de reforço negativo.
10. Situação experimental que ilustra a criação de punidores condicionados com não disponibilidade de reforço positivo.

A IMPORTÂNCIA DA PUNIÇÃO CONDICIONADA

11. Primeiro efeito colateral da punição.
12. Razões pelas quais devemos nos preocupar com este primeiro efeito colateral da punição.
13. Aspecto mais significativo sobre o primeiro efeito colateral da punição.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

FUGA¹

Você deve ler o **capítulo 6** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

1. Questões a se fazer para entender o comportamento.
2. "Definição" do autor de contingência de reforçamento.
3. Análise de contingências.
 - a. Sua "definição".
 - b. Sua relação com experimentação.
 - c. Exemplo de como poderia se iniciar uma análise de contingências feita por pais de uma criança com enurese.
4. Reforçamento negativo:
 - a. Como se age quando a ação é assim controlada.
 - b. Exemplo de atenção como reforçador negativo.
5. Relação entre reforçamento negativo e fuga.
6. Relação entre reforçadores negativos e punidores.
7. Relação entre reforçamento negativo e punição.
 - a. Alterações na probabilidade de resposta.
 - b. Implicações.

APRENDENDO POR MEIO DA FUGA

8. Procedimento para estudar fuga.
9. Característica comum entre reforçamento positivo e reforçamento negativo.
10. Crítica do autor à suposição de que contingências de reforçamento negativo promovem ensino efetivo.
 - a. Qual o procedimento e quais são os resultados que sustentam a crítica.
 - b. Quais os resultados de uma contingência de reforçamento positivo.
11. Do que depende o julgamento de que reforçamento negativo é efetivo .

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

12. Um segundo efeito colateral do reforçamento negativo.
13. A "construção" de reforçadores negativos.
 - a. como se dá.
 - b. o que pode se tornar reforçador negativo.
 - c. exemplos de situações / interações que indicam o controle por reforçadores negativos condicionados.
 - d. exemplos de fuga em contingências de reforçamento negativo.

REFORÇAMENTO NEGATIVO E PUNIÇÃO

14. Relação entre reforçadores negativos e punidores.
15. Papéis desempenhados por reforçadores negativos e punidores na conduta.
16. Efeitos do reforçador negativo sobre respostas que o antecedem imediatamente.
17. Uma segunda função de um ambiente do qual fugimos.
 - a. Exemplos.

ROTAS DE FUGA¹

Você deve ler o **capítulo 7** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

DESLIGANDO-SE

1. Respostas de fuga que o autor chama de desligar-se.
2. Exemplos de respostas de fuga produzidas por reforçadores negativos e punidores suaves.
3. Posição do autor com relação a respostas de fuga de perigo ou sinais de perigo.
4. O que considerar para explicar respostas de fuga.

Crise de gerenciamento

5. Caracterização do padrão de fuga em uma *crise de gerenciamento*.
6. Implicações do que o autor chama de "uma carreira de gerenciamento de crises".

Deixe o Zé fazer isso

7. Os reforçadores que mantêm o padrão de fuga em *Deixe o Zé fazer isso*
8. Interpretação do autor de "delegação de responsabilidade".
 - a. Na tomada de decisões.
 - b. Na indústria.
 - c. Nas universidades e hospitais.
9. Implicações, a longo prazo, da delegação de responsabilidade.
10. Conseqüências a curto prazo que mantêm a delegação de responsabilidade.

Fazer nada

11. Relação entre fuga e decisões que podem ter conseqüências catastróficas
12. Conseqüências imediatas e atrasadas:
 - a. Sua relação com o controle do comportamento.
 - b. Implicações para o homem.
 - c. Relação entre experiência e aprendizagem.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

DESISTINDO

13. O que há de comum nos vários tipos de desistência.

- a. Desistir como esquiva.
- b. Desistir como fuga.

14. Implicações para o indivíduo e a sociedade do desistir.

Desistindo da escola

15. Relação entre aprendizagem, fracasso e o suposto papel do professor

16. Exemplos de estímulos punitivos infringidos pelo professor ao aluno que fracassa

17. Efeitos, sobre a concepção de aprendizagem do aluno, de uma história de punição

18. Exemplos de respostas de fuga do aluno do tipo desligar-se.

19. Efeitos sobre o aluno de professores que não utilizam coerção.

20. Características do treinamento recebido pelo professor em relação à coerção.

21. "As crises atuais de disciplina e desistência".

22. Posição com relação à responsabilidade como explicação para desistência.

23. Professores e a fuga do sistema escolar.

24. Análise do autor com relação à exigência de padrões mais altos na educação como solução para os problemas do sistema educacional.

25. Proposta para indicar soluções para o problema.

Desistindo da família

26. Contingências que "produzem" fuga da família.

27. Padrão de comportamento que revelaria desligar-se da família.

28. Relação entre fuga da família e as desculpas sociais para fazê-lo.

29. A fuga dos pais.

Desistindo da religião

30. A relação entre regras e rituais religiosos e o reforçamento negativo.

31. O poder coercitivo das religiões que afirmam apenas autoridade e sua relação com fuga.

32. A possibilidade de uma análise comportamental da "crença".

33. Como as religiões têm tentado evitar a fuga.

Desistindo da sociedade

34. A "reação" da sociedade a aqueles que fogem dela.

35. Como explicar a desistência da sociedade quando ela mesma "produz" conseqüências aversivas.

36. Conseqüências a longo prazo da fuga da sociedade.

Suicídio

37. Posição do autor com relação à identificação do suicídio apenas com seu "ponto terminal".

38. A análise de sentimentos de culpa e indignidade como razões do suicídio.

39. A análise das conseqüências imediatas e de médio prazo de tentativas de suicídio.

40. Suicídio como coerção.

ESQUIVA¹

Você deve ler o **capítulo 8** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

UMA PITADA DE PREVENÇÃO

1. As vantagens da esquiva em relação à fuga.
2. Distinção entre fuga e esquiva.
3. Relação entre esquiva e reforçamento negativo.
4. Relação entre esquiva e fuga.

AS CAUSAS DA ESQUIVA

5. Procedimento típico de laboratório para estudar a esquiva.
6. O que o sujeito experimental aprende.
7. A utilização da esquiva entre as pessoas.
8. Esquiva, punição e "adaptação".
9. Como tendemos a "explicar" repostas de esquiva.

Choque futuro?

10. A possibilidade de se estabelecer relações causais com eventos que ainda não ocorreram.
11. A primeira causa da esquiva.
12. A segunda causa da esquiva.
13. Esquiva e comportamento governado por regras.
14. Relação entre esquiva e fuga.
15. A dificuldade de reconhecer esquiva como produto de coerção.
16. Os passos necessários para atuar sobre nosso comportamento de esquiva.
17. O que levou aos mitos sobre as causas da esquiva.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

Mito # 1: "expectativas" como causas

18. Como o conceito de "expectativa" resolve o problema de se assumir causas futuras.
19. Relação entre "expectativa" e fuga.
20. Crítica à expectativa como causa da esquiva.
21. Como se mudam expectativas de choques.
22. As medidas de expectativa de choques.

Mito # 2: "medo" e "ansiedade" como causas

23. Como as noções de "medo" e "ansiedade" participam da explicação da esquiva.
24. Razões da aparente consistência entre a explicação da esquiva por medo e ansiedade e o senso comum.
25. Relação entre reforçadores - positivos e negativos, primários ou condicionados - e estados internos.
26. As circunstâncias em que tendemos a descrever nossos sentimentos:
 - a. Como medo.
 - b. Como ansiedade.
27. A relação entre a experiência de sentimentos intensos e a explicação do comportamento.
28. As implicações de não reconhecermos sinais de aviso do ambiente externo.
29. A crítica a medo e ansiedade como causas da esquiva.
30. O que é preciso fazer para se lidar com comportamento de esquiva.
31. Na análise da depressão:
 - a. As duas maneiras pelas quais se sofre quando se está deprimido.
 - b. As razões da ênfase terapêutica sobre os sentimentos.
 - c. Os efeitos de drogas antidepressivas.
 - d. A ênfase proposta para a terapia.
32. Quando a esquiva é "adaptativa".

Esquiva sem sinais de aviso

33. O procedimento típico de laboratório para seu estudo.
34. O que os sujeitos aprendem.
35. A semelhança com comportamento patológico.
36. As implicações da aparente falta de contato do responder por esquiva - especialmente não sinalizada - com a realidade.

APRENDENDO POR MEIO DA ESQUIVA¹

Você deve ler o **capítulo 9** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

1. O que um sujeito aprende quando aprende a se esquivar em relação a fazer outra coisa.
2. Como é o padrão do sujeito de laboratório quando se comporta por esQUIVA.
3. O estudo da esQUIVA no laboratório.
 - a. Porque é importante.
 - b. O que permite em relação à compreensão do processo no cotidiano.
4. Exemplos de comportamentos mantidos por contingências de esQUIVA:
 - a. Na escola.
 - b. Na interação sexual.
 - c. No ambiente de trabalho.
 - d. Em casa.
 - e. Nas instituições.
5. A predominância da esQUIVA no mundo.
6. Quem são os agentes da esQUIVA.
7. Para que usamos contingências de esQUIVA.
8. A efetividade das contingências de esQUIVA.

O QUE MAIS VEM COM A ESQUIVA

Mantenha seu nariz longe dos problemas

9. O padrão de comportamento no laboratório:
 - a. O que o sujeito faz.
 - b. Comportamento ritualístico e autista.
 - c. Diferenças no padrão quando a esQUIVA é sinalizada e quando é não sinalizada.
10. A utilização de contingências de esQUIVA no controle dos comportamentos uns dos outros:
 - a. O que se aprende.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

- b. O que acontece com o potencial para aprender coisas novas.
11. Controle do comportamento por esquiva e ambiente físico.
 12. Controle do comportamento por esquiva e governos repressivos.

Não balance a canoa

13. A utilização de contingências de esquiva no controle dos comportamentos uns dos outros.
 - a. Sua relação com indivíduos inflexíveis.
 - b. Como aparecem a negatividade e a inflexibilidade nos vários ambientes sociais.
14. Como é a esquiva de se tomar decisões incorretas.

APRENDIZAGEM LENTA

15. Características do processo de aprendizagem da esquiva.

Espere até que doa

16. Porque é frágil o processo de aprendizagem da esquiva.
 - a. A relação com comportamento de fuga.
 - b. Exemplos de substituição de possíveis comportamentos de esquiva por comportamentos de fuga.
 - b1. Porque é difícil agir sobre estas contingências.
 - b2. A possibilidade de se aprender respostas de esquiva por regras.

Não pode acontecer comigo

17. O controle do comportamento por contingências muito atrasadas e pouco frequentes
 - a. Como é.
 - b. Exemplos.

SUPERSTIÇÕES

18. A diferença em termos de conseqüências entre esquiva e reforçamento positivo ou fuga.
19. A relação entre ação e choque na esquiva.
 - a. Como é para o experimentador e para o sujeito.
 - b. Implicações, no padrão comportamental do sujeito, desta relação.
20. A diferença entre comportamento supersticioso controlado por reforçamento positivo e por esquiva.

EVITANDO O INEVITÁVEL

21. O que é paradoxo da esquiva.

22. O paradoxo da esquiva e uma diferença entre reforçamento positivo e reforçamento negativo por esquiva.
23. A remoção do componente realista da esquiva.
 - a. Como é produzida em laboratório.
 - b. Seus efeitos sobre o comportamento de esquiva do sujeito.
24. O efeito de choques inevitáveis sobre comportamento de esquiva já instalado.
25. O caráter contra-intuitivo de esquiva mantida por punição inevitável.
26. Onde se originou a técnica de manter comportamento de esquiva com punição indiscriminada.
27. Porque é importante compreender este tipo de controle.
28. Como se estabelecia o controle do comportamento nos campos de concentração nazistas.
 - a. Como se instalava comportamento de esquiva.
 - b. O que produziam choques ocasionais indiscriminados.
 - c. As "vantagens" para o carcereiro.
 - d. A posição do autor em relação a eventuais críticas ao comportamento de "obediência" dos encarcerados.
29. Relação entre esquiva e controle coercitivo em instituições fechadas.
30. Punições severas em instituições.
 - a. Porque tende a ser usada.
 - b. Algumas maneiras padrão de punição usadas em instituições.
 - c. O que ocorre quando essas práticas coercitivas se tornam de conhecimento do público.

FUGA DA ESQUIVA

31. Fuga como efeito colateral da esquiva.
32. Exemplos de fuga da esquiva em instituições.
33. Como explicar a fuga da cadeia de um prisioneiro.
34. O que pode refletir a fuga irracional em relação ao fugitivo e ao carcereiro.
35. Homicídio e suicídio como rotas de fuga de prisioneiros.
36. A análise comportamental do papel desempenhado por instituições sociais como prisões e instituições fechadas:
 - a. O que pode fazer.
 - b. O que permite prever em relação aos efeitos das políticas predominantes.

ENTRE A CRUZ E A CALDEIRINHA¹

Você deve ler o **capítulo 13** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

1. A ocorrência geralmente conjunta de punição fuga e esquiva.
2. Razões da manutenção da ação do punidor.
3. Efeitos sub-reptícios da punição.
4. A variabilidade de reações à punição e a ilusão de liberdade do controle.
5. Conseqüências da ilusão de liberdade de controle.

SUPRESSÃO CONDICIONADA

6. Experimento básico em que as contingências não permitem comportamentos adaptativos que geram supressão condicionada.
7. Exemplo de situação fora do laboratório em que as contingências são semelhantes às do experimento básico que gera supressão condicionada.
8. Comportamento do animal resultante do experimento.
9. As funções do choque no procedimento e as transformações do efeito do tom.
10. A supressão condicionada.
11. Supressão condicionada e ansiedade.

Fora do laboratório

12. Exemplos de situações fora do laboratório em que as contingências são semelhantes ao experimento que leva a supressão condicionada.
13. Pessoas que se tornam supressores condicionados do comportamento de outros.
14. A intenção do agente que aplica a coerção e o efeito da coerção.
15. A supressão condicionada e os exemplos do autismo e da depressão.
16. Efeitos da punição não relacionada a atos específicos.
17. Efeitos da privação inevitável.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

A economia da ansiedade

18. Situações em que a supressão condicionada pode ser útil.
19. O controle ambiental da supressão condicionada.
20. Tratamento da supressão condicionada.
21. Reações variadas a choques inevitáveis.
22. A frequência dos sinais de aviso e a alteração da atividade produtiva.
23. A função de períodos de segurança entre sinais de aviso.
24. O ajuste da ansiedade à realidade econômica – interação entre supressão condicionada e outras contingências.

COERÇÃO GERA COERÇÃO¹

Você deve ler o **capítulo 14** do livro de Murray Sidman (1995): **Coerção e suas implicações**. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

AGRESSÃO

1. A agressão induzida por punição.
2. A agressão induzida por privação.
3. A oportunidade de agredir como reforçador positivo após punição.
4. A possível determinação de condições do ambiente filogenético sobre mecanismos de ataque inatos.
5. A agressão induzida não relacionada necessariamente a fonte de punição e ameaça.
6. Práticas coercitivas e contra-ataque contra indivíduos e grupos dos quais o agente da coerção é membro.
7. Perpetuação da agressão pelo efeito reforçador do contra-ataque.
8. Mecanismo inato de agressão induzida por punição e privação como anacronismo evolucionário.

CONTRACONTROLE

9. Condição de perpetuação do controle coercitivo.
10. Contracontrole como efeito colateral da privação.
11. Exemplos de contracontrole.
12. Conseqüências do ciclo coercitivo: controle – contracontrole – contracontracontrole.
13. Formas de contracontrole desenvolvidas pela sociedade contra aqueles que quebram suas regras.

Quem controla quem?

14. Conhecer o controle do comportamento X defender a produção de controle comportamental.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

15. A pertinência das questões:

- a. O comportamento deveria ser controlado?
- b. Quem vai controlar?

16. A persistência das relações de controle coercitivas.

17. Conseqüências de negar X as conseqüências de reconhecer a existência do controle.

POR QUE FAZEMOS ISSO?¹

Você deve ler o **capítulo 15** do livro de Murray Sidman (1995): *Coerção e suas implicações*. Seguindo o roteiro de leitura abaixo, você estará preparado para as questões que discutiremos em sala.

1. Efeitos da coerção na vida humana.
2. A diferença da ação humana frente à coerção da natureza e frente à produzida pelo próprio homem.

CRIATURAS DO MOMENTO

3. Identificação do controle coercitivo.
4. Efeito imediato da nossa ação punitiva sobre outras pessoas como responsável pelo nosso comportamento.
5. A condição necessária para a mudança do homem coercitivo.

“COERÇÃO É FÁCIL”

6. A identificação do que é fácil / difícil quando falamos sobre:
 - a. Aprender maneiras não punitivas de controle do comportamentos de outros.
 - b. A resolução dos problemas gerados pela punição.
 - c. Alterar velhos padrões comportamentais X instalar novos.

ALGUMA COERÇÃO É INEVITÁVEL

Atos de Deus

7. A contingência que descreve a relação coercitiva homem- natureza.
8. Exemplos.

Competição

9. Os efeitos de longos períodos de perdas produzidas pela competição entre os homens;
10. As diferenças nas condições ambientais vividas por “ganhadores” e “perdedores”.
11. O efeito do uso do controle coercitivo para manejar as desigualdades sociais existentes na competição.

1. Participaram da elaboração deste roteiro os professores: Fátima R. P. Assis, Marcelo Benvenuti, M. Amália Andery, M Luisa Guedes, Nilza Micheletto, Paula S. Gioia e Tereza M A P Sério.

12. Razão para considerar a competição como problema comportamental.
13. O problema a ser enfrentado na substituição de contingências de competição por contingências de cooperação.
14. A importância do laboratório no enfrentamento desse problema.

Caridade

15. Contingências coercitivas existentes nas propostas de redistribuição de riquezas e recursos e resultados previsíveis.
16. Contingências criadas pela política governamental de bem estar e os resultados futuros esperados.
17. Contingências devastadoras da caridade não contingente.

Autodefesa e vingança

18. Exemplos de ações errôneas e contingências que as controlam.
19. Relação entre auto defesa e contracontrole.
20. Identificação de comportamento de esquiva nas ações contra a violência.
21. As práticas coercitivas revanchistas acobertadas por posturas morais.
22. A importância da identificação do controle sobre ações auto defensivas e vingativas.